



o trabalhador *da CML*



**Defender os serviços públicos municipais,
os postos de trabalho e os nossos Direitos!**

A luta continua!



GREVE NA RECOLHA DE LIXO EM LISBOA

Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa diz que adesão à greve ronda os 85%

Unidos sempre fomos mais fortes

Entramos num novo ano com o aprofundar da política de direita, quer com reflexos no país mas também na nossa cidade, através de de um governo que pauta a sua ação pelo terrorismo social ou de um executivo municipal obcecado por um projeto que visa sem olhar a meios dismantelar serviços municipais, respetivamente.

Obviamente, muito pior estaria a nossa vida, se não fosse a luta, das mais pequenas às maiores, como a resposta inevitável de quem trabalha face às ofensivas a que estamos sujeitos, sem precedentes no Portugal de Abril.

Este foi o caminho assumido em 2013, de forma extraordinária, pelos trabalhadores do município de Lisboa, que terá que ser reassumido sem dúvidas ou hesitações, demonstrando toda a consciência e confiança de quem sabe que é através da organização do seu protesto, convergindo a sua vontade com a vontade de outros até construir a força necessária que trave e derrote a política que não serve os nossos interesses e que atenta contra os nossos direitos!

Iniciamos 2014 com razões mais do que suficientes para estarmos preocupados, seja pelas consequências que se avizinham no resultado da política do governo, seja pelos efeitos decorrentes da transferência de trabalhadores e equipamentos para as juntas de freguesia pela mão do executivo municipal. Todavia, da preocupação à resignação vai a distância que é mensurável pela consciência de cada um.

No plano mais geral, a CGTP-IN tem já assinalado para o dia 1 de fevereiro um dia de luta e protesto, descentralizado em todas as capitais do país, onde se exigirá a demissão deste governo e a convocação de eleições antecipadas, como um passo indispensável à recuperação de Portugal das mãos dos agiotas (leia-se especuladores capitalistas, nacionais e estrangeiros), mas também no resgaste das nossas vidas, penhoradas sem prazo à vista por este governo apátrida, ilegítimo e ilegal.

No plano do município de Lisboa, entramos numa nova etapa da luta que se iniciou no primeiro trimestre do ano passado e que teve em dezembro último, o seu ponto alto através de uma demonstração de força, unidade e determinação indiscutível por parte dos trabalhadores da Câmara Municipal, com particular ênfase para os trabalhadores da Limpeza Urbana.

Uma greve que deve ser valorizada de forma extraordinária e que demonstra a imprescindibilidade destes trabalhadores ao funcionamento da cidade, capital do nosso país!

Foi esta força que voltámos a constatar no dia 21 de janeiro na Assembleia Municipal de Lisboa. Durante o mês de fevereiro serão decididas novas formas de luta sempre com o objetivo último de garantir os direitos e os postos de trabalho de todos aqueles que coercivamente possam ser envolvidos na transferência para as juntas de freguesia, dando continuidade a um processo reivindicativo que tem igualmente em consideração os interesses e os direitos da população de Lisboa a serviços públicos de qualidade,

eficientes e económicos.

Sabemos à partida que, quando se luta, nem se sempre se ganha, mas quando não se luta, perde-se sempre! O STML assumirá a sua responsabilidade no acompanhamento, denúncia e combate a um projeto cuja falência será inevitável, responsabilizando a maioria que hoje (des) governa o município de Lisboa. Um projeto concebido à pressa, sem critérios e fundamentos (técnicos e teóricos) que o justifiquem, a não ser uma opção política arbitrária que encara os trabalhadores numa ótica exclusiva de custo/benefício.

Temos pela frente, portanto, um caminho árduo que obrigará impreterivelmente ao reforço dos laços que há 36 anos unem este Sindicato aos seus associados, mas também a todos os trabalhadores do município de Lisboa. Laços de confiança, de determinação e de luta, porque unidos sempre fomos mais fortes! ■



Porque não nos resta outra solução que não seja continuar a luta em 2014!



A importância do serviço municipal da Limpeza Urbana!

Tendo ficado mais uma vez demonstrado, face ao impacto provocado pela última luta levada a cabo pelos trabalhadores da limpeza urbana, a importância de um serviço essencial à qualidade de vida de quem vive e trabalha em Lisboa, mas também à imagem e à manutenção da saúde pública da cidade, coloca-se como oportuno fazermos uma breve análise de como funciona atualmente este serviço municipal.

De uma perspetiva até hoje integrada e solidária, questionámo-nos sobre o futuro deste serviço e no que se pode vir a transformar, caso se concretize o seu desmantelamento através da famigerada transferência de meios materiais e humanos para as juntas de freguesia.

Hoje em dia, a Limpeza Urbana funciona, mesmo com falta de pessoal (cerca de 300 trabalhadores a menos, à muito denunciado pelo STML), e tem conseguido responder às múltiplas necessidades do serviço, aproveitando as várias valências que compõem o perfil funcional dos cantoneiros.

Estes trabalhadores, ora desempenham funções na remoção (nos veículos pesados), ora fazem varredura, lavagem, desmatização e deservagem (aplicando herbicida por exemplo). Desempenham ainda funções na manutenção de papeleiras, desocupações coercivas ou não, recolha de monstros e montureiras, conduzindo para esse efeito, viaturas ligeiras de mercadorias. Dão resposta ainda a eventuais necessidades na limpeza de eventos sociais, desportivos e culturais que se realizam um pouco por toda a cidade.

Estas valências, têm resposta não de uma forma isolada e inflexível, considerando o facto de os trabalhadores não estarem escalados e limitados a uma só tarefa, mas sim de uma forma rotativa e articulada de acordo com as prioridades definidas pela CML.

O que se pode constatar, através das opções de quem dirige este serviço municipal, é a prioridade concedida, e bem acrescente-se, à tarefa de remoção de resíduos sólidos. Foi assim possível, em vários episódios, afetar o número necessário de cantoneiros para esta tarefa, remetendo as outras tarefas para segundo plano, por exemplo a varredura ou a lavagem, realizando-se apenas estas últimas, se houvessem trabalhadores disponíveis para o efeito.

Casos exemplificativos existem muitos. No verão passado, muitas das zonas de limpeza tinham apenas para fazer varredura, um



cantoneiro, ficando a lavagem sem nenhum.

Em termos económicos e dos custos associados a este serviço, existe atualmente uma otimização das despesas necessárias ao seu funcionamento, como a aquisição de materiais, ferramentas, fardamentos, EPI's; equipamentos e consumíveis para os postos de limpeza, ou até pequenas obras de manutenção dos mesmos. Esta otimização tem sido possível através da centralização dos vários tipos de aquisição, num Núcleo de Compras do Departamento de Higiene Urbana, o que permite diminuir o montante desses custos através da perspetiva e dimensão de escala, característica central na forma como os serviços estão estruturados.

Com a desagregação de todo este sector, retirando 650 trabalhadores para ficarem apenas dedicados à varredura e lavagem nas juntas de freguesia, será exetável que tudo aquilo que hoje é possível articular e adaptar, face às necessidades e prioridades da cidade, seja colocado em causa e venha a causar constrangimentos sérios à recolha de resíduos sólidos.

Não será propriamente uma surpresa se, no futuro, nos venham a apresentar estes constrangimentos e deficiências como motivos para a sua externalização ou outra solução semelhante, para além ser mais do que previsível o aumento de todos os custos associados à realização destes serviços.

Outra das preocupações para a qual deixamos um forte alerta é para a forma de afetação dos postos de limpeza às juntas de freguesia, prevista na deliberação de Câmara. Esta deliberação deixa algumas das juntas de freguesias sem instalações físicas para acolher trabalhadores, além de se constatar que em algumas instalações não têm manifestamente capacidade para acolher todos os trabalhadores. Por outro lado, as instalações que se mantém sob alçada da CML, agora mal distribuídas geograficamente, e revelando graves problemas de manutenção (já identificados à muito), são insuficientes para comportar o número de trabalhadores que permanecem na autarquia.

Muitos problemas o executivo municipal criou com este famigerado processo, o que nos leva a questionar seriamente o argumento do presidente António Costa, quando afirma que há mais de 5 anos que está a ser construída esta transferência de competências, leia-se, transferência de meios humanos e materiais. O tempo dar-nos-á razão e nessa altura terá que ser assumido politicamente a falência desta má reorganização. ■



**Quando lutamos, podemos nem sempre ganhar,
mas quando não lutamos, perdemos sempre!**

O exemplo dos trabalhadores da Zona 3 da Limpeza Urbana

Os trabalhadores da Zona 3 da Limpeza Urbana levaram a cabo uma ação de protesto e luta, no dia 21 de novembro, que passou por uma manifestação desde o posto de trabalho da General Roçadas até à Praça Paiva Couceiro, onde teve lugar um plenário e foi aprovada uma moção, posteriormente enviada à CML.

Esta iniciativa, integrada na semana de luta da CGTP-IN contra o Orçamento do Estado para 2014, contra a política de austeridade e pela demissão do governo, teve ainda como objetivos denunciar junto da população de Lisboa muitos dos problemas que estes trabalhadores sentem no dia-a-dia, impedindo-os de prestar um serviço público de qualidade da maior importância para quem vive e trabalha na cidade.

Para além de problemas comuns, sentidos por todos os trabalhadores da Limpeza Urbana, como a falta de pessoal, a falta de soluções em tempo útil para os problemas resultantes da insuficiência e/ou ausência de vários equipamentos necessários nos postos de limpeza para assegurar boas condições de saúde e higiene, existia um problema concreto no posto da General Roçadas (sede de zona 3), que consistia na escassez de eficácia no sistema de aquecimento de água. Um problema que tardava em ser resolvido e que já durava há mais de dois meses. Ao longo do período em que se desenvolveram as obras de requalificação do referido posto, nunca se equacionou a resolução deste problema, transtornado os trabalhadores e degradando as suas condições de trabalho.

Esta ação teve ainda o objetivo de, mais uma vez, demonstrar a inquietação e incerteza em relação ao futuro, face ao processo de transferência de competências para as juntas de freguesia, com o



qual demonstraram total discordância. Motivos que ficaram também expressos num documento que foi distribuído à população durante o decurso desta ação.

Esta iniciativa foi o ponto de partida para a estratégia que a seguir se assumiu coletivamente, ou seja, no caso do problema da falta de água quente persistir e não se vislumbrar a sua resolução o quanto antes, os trabalhadores recusar-se-iam a trabalhar. A verdade é que perante esta atitude de determinação e luta, o que não foi possível para a CML resolver em cerca de dois meses, foi resolvido apenas numa semana.

Este foi mais um bom exemplo de que quando os trabalhadores se envolvem e participam ativamente na resolução dos seus problemas, por mais específicos que sejam, é possível ultrapassar todas as dificuldades que nos são apresentadas pelos responsáveis políticos e hierárquicos e conseguir a resolução dos problemas que enfrentamos. **Quando lutamos, podemos nem sempre ganhar, mas quando não lutamos, perdemos sempre!** ■

Trabalhadores do DRMM reafirmam a sua luta pelo DIREITO ao TRABALHO!

Realizou-se, no passado dia 22 de novembro, um plenário com os trabalhadores do Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica (DRMM). Nas instalações onde se encontram estes trabalhadores, debatemos os problemas vividos pelos mesmos que afetam a sua vida diária enquanto profissionais, dos quais destacamos, pela sua persistência e gravidade, as seguintes preocupações:

- A necessidade urgente na implementação de uma política municipal coerente, transparente e eficiente na gestão na aquisição de materiais (consumíveis), que procure pôr termo às situações de viaturas paradas por vários dias por não existirem na oficina peças das mais elementares;
- A adaptação das instalações, em termos de higiene e segurança, de forma a possibilitar a realização de intervenções nos veículos movidos a GNC;
- A realização de obras nos balneários do complexo Olivais II;
- A adoção de uma orientação clara, no plano político e hierárquico, que diminua o fluxo de viaturas que são reparadas no exterior, através



de empresas privadas do sector, numa prática de externalização altamente criticável quando existem condições objetivas, humanas e materiais, que permite que essas reparações se façam internamente;

- A falta de pessoal, que ganha contornos crónicos e que provoca a degradação do serviço público municipal prestado à população de Lisboa;
- A inquietação e incerteza no futuro, subsequente ao processo de transferência de competências para as Juntas de Freguesia. A falta de transparência, associada à informação praticamente inexistente sobre este assunto, levanta sérias apreensões em relação um decréscimo acentuado no número de viaturas que recorram a este serviço;
- A tentativa de promoção, através de nomeação, de 5 trabalhadores para as funções de encarregado. Um processo sobre o qual a maioria dos trabalhadores deste serviço demonstrou completa rejeição evidenciado através da recolha de um abaixo-assinado. Ficou bem presente a crítica a este tipo de procedimentos que não assegura a legalidade, a igualdade de tratamento e de oportunidades a todos os trabalhadores, salvaguardas que só se verificam através da realização de concurso de promoção.

No final deste plenário foi decidido ainda levar a demonstração do descontentamento à rua e todos os presentes, apesar das condições climáticas adversas (frio e chuva), concentraram-se junto ao portão da Av. Infante D. Henrique, cortando parcialmente esta avenida e gritando palavras de ordem contra o roubo que estão a ser alvo por parte destas políticas, do executivo municipal e do governo, exigindo a demissão deste último. Protesto este que foi acolhido com várias manifestações de apoio e concordância por parte de muito transeuntes e automobilistas que passavam no momento. ■

O afinamento do Departamento de Desporto... que futuro?

Nos últimos três meses de 2013 multiplicaram-se as informações, notícias e rumores sobre um conjunto de medidas que poderiam vir a afetar em grande medida o futuro e a estabilidade profissional dos trabalhadores do Departamento de Desporto.

Num contexto transversal à Câmara Municipal, o processo pouco transparente de transferência de competências para as juntas de freguesia tem criado justamente um sentimento de indignação e revolta por parte de milhares de trabalhadores do município.

Na área do Desporto, a transferência de inúmeros equipamentos desportivos, nomeadamente de piscinas municipais, poderá implicar igualmente a transferência dos respetivos técnicos a somar a outros tantos trabalhadores considerados essenciais para os denominados serviços de apoio ou transversais.

Foi neste cenário de perfeita indefinição em relação ao futuro, que os trabalhadores afetos a este serviço, sedeados no Edifício Municipal da Rua Alexandre Herculano promoveram um abaixo-assinado onde se exigia a resposta a dois assuntos, concretamente:

1. Informações consistentes sobre a transferência para as juntas de freguesia, e
2. Esclarecimentos sobre os rumores que apontam a saída dos trabalhadores do atual local de trabalho para o Edifício Municipal do Campo Grande.

O abaixo-assinado foi entregue no dia 28 de novembro pelos próprios trabalhadores ao vereador do Pelouro do Desporto no seu gabinete sito no Edifício Municipal do Campo Grande. O vereador, surpreendido pela receção de mais de trinta trabalhadores que o aguardavam no *hall* de entrada, não deixou de reforçar algumas das razões que alimentaram e continuam a alimentar sentimentos contrários àqueles que quer impor.

Sobre a mudança de local de trabalho, afirmou tratar-se neste momento de um “não assunto”, pelo que não havia razões sustentadas para grandes preocupações. Acompanharemos todavia, tranquilamente e apesar das palavras do Sr. vereador, eventuais evoluções sobre esta matéria.

Sobre o processo de transferência de competências, muitas das dúvidas colocadas ficaram sem resposta, demonstrando claramente a falta de sustentação teórica e técnica de um processo realizado à pressa, motivado apenas por uma vontade política arbitrária e dificilmente sustentável a médio/longo prazo.

Sendo o Sr. vereador um defensor convicto da capacidade das juntas de freguesia em darem uma resposta positiva ao que lhes será exigido no futuro, será a realidade da prática diária que nos dará seguramente razão face às questões colocadas pelos trabalhadores. Infelizmente, quando estivermos perante essas situações, já estaremos perante factos consumados. Contudo, o mesmo não é afirmar a sua natureza irreversível.

O STML, no seguimento de um pedido de reunião ao vereador Jorge Máximo sobre o referido abaixo-assinado e outros problemas que dizem diretamente respeito ao Departamento de Desporto, materializou uma reunião de trabalho no passado dia 10 de Janeiro.

Sobre a transferência de instalações desportivas, o vereador confirmou as



informações já conhecidas publicamente, ou seja, saem da alçada da CML todos os equipamentos desportivos à exceção do Complexo Desportivo Municipal do Casal Vistoso, do Complexo Desportivo Municipal da Alta do Lumiar, do Campo de Jogos Municipal de São João de Brito e a Pista de Atletismo Municipal Professor Moniz Pereira.

Quantos aos trabalhadores afetos a essas instalações, está implícita a sua igual transferência, ficando por enquanto no plano das intenções, a ideia de uma audiência prévia no sentido de auscultar os mesmos sobre a sua vontade. Veremos se a referida auscultação terá em linha de conta a vontade dos trabalhadores ou se será imposta a vontade exclusiva do executivo municipal.

Sem conseguir esclarecer às questões sobre a forma e as especificidades que envolverão a cedência destas instalações, como por exemplo, quem suportará os custos correntes das mesmas; de que forma se definirão os preços aos utentes e se manterá a vertente pública e social das piscinas municipais, o vereador do Pelouro deixou para o mês de Fevereiro eventuais respostas conclusivas, altura em que se contratualizará com as juntas de freguesia estas matérias, mas apontando de forma mais ou menos concisa, a autonomia das juntas na definição de todos os assuntos que envolvam a gestão e manutenção destas instalações.

Poderemos assim observar ainda no decorrer deste ano, a eventuais concessões, externalizações (*outsourcings*) das piscinas municipais, estratégia que algumas juntas de freguesia seguramente utilizarão no sentido de dar resposta aos vários encargos que estes equipamentos acarretam. A ótica da privatização nas suas várias formas surgirá inevitavelmente como há muito temos vindo a denunciar.

Num plano paralelo e indissociável, muitas dúvidas se levantam sobre todos os trabalhadores que têm um contrato de prestação de serviços (CPS), contratos de trabalho precários portanto, que ficarão com as suas vidas em suspenso nos próximos seis meses, período durante o qual termina a maior parte destes contratos. O desemprego poderá ser a solução imposta pelos seus novos empregadores nesse momento, leia-se, as juntas de freguesia. A CML desresponsabiliza-se assim dos homens e mulheres que foi contratando ao longo do tempo para satisfazer necessidades essenciais ao funcionamento das piscinas municipais. Uma prática que este sindicato condena veementemente.

O futuro do Departamento de Desporto e implicitamente, de uma eventual política desportiva municipal para a cidade de Lisboa está assim ensombrada por um horizonte difícil de descortinar. Sem instalações (a maior parte pelo menos), com menos trabalhadores e sem estratégias definidas quase 5 meses após a tomada de posse, poderemos observar uma contínua desresponsabilização social da CML nesta área. Ficará talvez, sujeita à ‘lógica do mercado’, eufemismo que concretiza uma visão da vida e do mundo, agora aplicada à nossa cidade. Uma opção política que privilegia a iniciativa privada em detrimento da gestão pública. Como todos sabemos, a lógica do ‘privado’ subalterniza todas as restantes prioridades em função da maximização do lucro, a sua única preocupação de facto. As juntas de freguesia poderão ser, neste cenário, meros intermediários. ■

Fará sentido e será exequível pensar que as Juntas de Freguesia poderão substituir-se à Câmara Municipal?

Um dos principais argumentos que esteve na génese da Lei n.º 56/2012, que define as novas competências das juntas de freguesia, foi a necessidade de aproximar serviços públicos às populações, melhorando por esta via a sua qualidade, eficiência, eficácia e economia. Um argumento com o qual, também o STML concorda, pelo menos em teoria.

Contudo, o fundamento da ‘proximidade’ apresentado pelos partidos políticos que subscreveram esta famigerada lei, tem uma natureza falaciosa que revela no seu âmago meras motivações, concepções e projetos que nada têm a ver com os serviços públicos, com as carências das populações ou até com a necessidade, sempre essencial é certo, de promover serviços públicos sustentáveis a médio/longo prazo, não deixando todavia de cumprir o seu principal propósito, ou seja, a satisfação das necessidades coletivas, neste caso da cidade de Lisboa.

As referidas motivações materializam ideias que hoje dominam e predominam na nossa sociedade que apontam a lógica da iniciativa privada como solução para todos os males que geralmente estão associados ao pretensão descontrolo da despesa pública e à incapacidade dos serviços públicos em darem uma resposta satisfatória às necessidades associadas ao bem comum.

Os leitores deste artigo poderão questionar-se se será mesmo assim? E porque associar este conjunto de críticas à realidade das juntas de freguesia, considerando o facto de serem organismos públicos, cuja natureza intrínseca (histórica, cultural, social e política) de grande proximidade às populações tem sido, pelo menos até agora, uma evidência?

Avancemos por partes...

Para **desconstruir** o conceito de Junta de Freguesia que a história revolucionária com origem em 1974 permitiu edificar, PS e PSD decidiram:

1. Extinguir um número considerável de freguesias da cidade de Lisboa, concretamente, 29 das 53 existentes;
2. Criar 24 novas freguesias, através da centralização de muitas das que foram extintas e redesenhando as fronteiras de outras;
3. Definir novas competências, além de associar as verbas que consideraram necessárias à concretização dessas novas missões;
4. Permitir à CML definir o que é estruturante para a cidade e, por exclusão de partes, o que deverá ser assegurado pelas novas juntas de freguesia.

Sobre o **primeiro ponto**, parece-nos claramente contraditório extinguir organismos que de facto já materializavam a ideia de proximidade. As pequenas juntas de freguesia extintas tinham um grau de proximidade às respetivas populações que dificilmente será comparável com o que atualmente existe. Que o digam os fregueses dos bairros históricos de Lisboa.

Sobre o **segundo ponto**, é pertinente relembrar quando falamos em políticas de proximidade, associa-se a descentralização e a desconcentração e não a centralização e a fusão de organismos como PS e PSD defenderam e concretizaram.

Sobre o **terceiro ponto**, podemos observar de facto a criação de 24 novos feudos, que consubstanciarão 24 realidades distintas, em que as verbas destinadas a cada uma definirão a qualidade de vida dos seus respetivos fregueses. As ‘minis-câmaras’ agora existentes, terão total autonomia para decidir políticas públicas, o que permitirá uma cidade assimétrica, desequilibrada e, principalmente injusta no plano económico, social e cultural. Uma outra questão prende-se com os valores definidos



para os respetivos orçamentos das novas freguesias, cujos critérios são desconhecidos, até dos atuais presidentes de junta, e que hoje suscitam profundas preocupações em relação à prossecução das missões públicas agora atribuídas às juntas de freguesia.

Sobre o **quarto e último ponto**, como nestes últimos dois meses constatámos, perspetivou-se exclusivamente o esvaziamento da Câmara Municipal de meios materiais e humanos e, deste modo, diminuir drasticamente a despesa com pessoal. Foi este o principal objetivo do PS, com a complacência ativa do PSD.

As novas juntas de freguesia estão deste modo perante um potencial problema: de que forma poderão cumprir as suas missões de natureza pública (novas competências), com meios financeiros claramente insuficientes, decretados de ‘cima para baixo’ e que começaram a ser disponibilizados (faseadamente) a partir de janeiro deste ano?

A solução pelas várias formas de privatização estão em cima da mesa para quem as quiser agarrar: concessionar e/ou externalizar (*outsourcing*), serão porventura as respostas encontradas num ‘jogo em que as regras foram à partida viciadas’, de forma a permitir o resultado que hoje é cada vez mais expectável.

Ao contrário do que se possa julgar, o STML não é contra a transferência de delegações para as juntas de freguesia! O que afirmamos inequivocamente, é que não estamos perante um mero processo de transferência de competências, mas perante um projeto arquitetado que procura em última análise a privatização de importantes áreas de interesse público. Ideia confirmada pelo próprio presidente da autarquia, na sessão de câmara de 18 de dezembro, e no anúncio da CML publicado em todos os jornais nacionais, **onde admite a figura da concessão e do outsourcing, respetivamente**, por parte de algumas Juntas de Freguesia na prossecução das suas missões públicas.

Pelos caminhos intermédios deste nebuloso processo, **são prejudicados trabalhadores** da Câmara Municipal (cujos direitos não estão garantidos) e das juntas de freguesia (cujo posto de trabalho pode ser extinto); **são prejudicados aqueles que vivem, trabalham e visitam Lisboa**, que terão serviços públicos mais caros e de qualidade inferior, face à natureza e aos objetivos das empresas privadas que os exploram (o lucro secundariza tudo resto).

O futuro dirá se estaremos a ser pessimistas ou se temos razão no que hoje afirmamos e criticamos duramente! ■

Qual o legado após cinco anos à frente do maior corpo de bombeiros do país, o RSB?

De saída após cinco anos no comando do Regimento, o Sr. Coronel Joaquim de Sousa Pereira Leitão, despede-se dos profissionais desta nobre instituição com um “até já”, passando em revista os “importantes projetos desenvolvidos”, segundo o ponto de vista do próprio. Quem chegasse agora ao Regimento, ao ler essa missiva, ficaria com a ideia que a “casa” está completamente arrumada e que o sucessor não terá que arregaçar as mangas, uma vez que o mais difícil está feito, quando a realidade é exatamente a oposta.

Para quem esteve durante cinco anos e cinco meses no comando do Regimento, para além do enriquecimento curricular do próprio, muito pouco foi feito em prol dos profissionais, da instituição e do socorro na cidade de Lisboa. Não será, inclusive, muito ético dar a ideia que as conquistas são obra do próprio e as derrotas são culpa de outros...Verdadeiramente, o ‘legado’ agora assumido, foi uma mão cheia de nada e outra cheia de coisa nenhuma.

Em cinco anos não conseguiu:

1. Que um documento tão importante e necessário, como é o **regulamento interno**, fosse aprovado e implementado, mesmo depois de ser apresentado com pompa e circunstância num evento promovido exclusivamente para esse efeito;
2. Implementar um conjunto de medidas respeitante aos **fardamentos**, e a consequência foi a delapidação total do atual fardamento e a sua desvirtuação;
3. Que os bombeiros estivessem equipados com um “fato de fogo”, leia-se **equipamento de proteção individual (EPI)**, com as condições e os requisitos necessários, por forma a salvaguardar a sua integridade física;



4. Criar e manter um **parque de viaturas de socorro** que evitasse nos próximos anos novas aquisições. Constatou-se o contrário, foram adquiridas viaturas para o socorro (VECI), num processo muito duvidoso e intrincado de desvendar, onde foram gastas avultadas verbas na aquisição e, à posteriori, na transformação/alteração/modificação, estando neste momento todas as viaturas fora de serviço porque essas “transformações” não são reconhecidas nos centros de inspeção automóvel;
5. Concluir, nem sequer iniciar, os **procedimentos concursais**, quer de **ingresso** quer de **promoção**, encontrando-se o RSB, numa situação de vazio Hierárquico e sem operacionais suficientes para assegurar um socorro cabal à cidade de Lisboa.



Mas, em cinco anos **conseguiu fazer** uma “reestruturação”, que em nada beneficiou o socorro e os bombeiros, criando um mal-estar geral ao deixar os quartéis com um défice de pessoal, para concentrar num só, um número de efetivos desnecessário.

Conseguiu rodear-se de elementos utilizando um certo nepotismo, criando um “núcleo duro”, por forma a levar por diante o seu projeto, se é que tinha um, marginalizando dessa forma profissionais de excelência, criando a desmotivação no seio dos bombeiros ao não reconhecer o seu mérito.

Em género de balanço, nestes cinco anos o Regimento regrediu para a década de 80 do século passado. A contingência financeira a que a autarquia esteve e está sujeita, não ajudou a resolver algumas situações, mas o verdadeiro problema foi claramente a inaptidão para o cargo, a sobranceira, a ausência total de humildade e a incapacidade de dialogar com os bombeiros, que arrastaram o RSB, para uma situação que se pensava não ser possível, onde tudo está ainda por fazer. ■

EGEAC corta subsídio de jantar, ceia e pequeno-almoço aos seus trabalhadores

Estes são tempos conturbados. Depois do chumbo do Tribunal Constitucional relativamente às normas da Lei 23/2012, que determinavam a revogação e nulidade das normas de contratação colectiva anteriores à sua vigência, o executivo de Pedro Passos Coelho volta a insistir na intensão de anular os instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho, através do decreto-Lei 133/2013 que está pleno de inconstitucionalidades.

Este Governo parece desconhecer que a sua actuação terá que respeitar a Constituição da República!

Que Governo é este que, ano após ano comete as mesmas inconstitucionalidades, pressionando os juizes quanto às suas deliberações, na expectativa de lhe ser concedido um regime de carácter excepcional “por motivos de interesse nacional”?

Um Governo que tem sido constantemente chamado à razão pelos juizes do Palácio *Ratton* devido ao experimentalismo das suas medidas excepcionais, brincando com as vidas dos Portugueses, como se de um tubo de ensaio se tratasse.

O que este Governo não entende, ou parece não querer entender devido à sua tremenda insensibilidade para com a situação desesperante, que a maioria das famílias portuguesas atravessa, é que, não somos cobaias.

A falta de visão deste Governo revela-se quando pretende acabar com o ensino público, alegando os gastos dispendiosos que acarretam com a população, indo em sentido contrário a todas as teses de desenvolvimento social. Por isso mesmo, temos aqui um belo exemplo do porquê da importância da formação básica e superior. É que, um executivo que tenta sistematicamente aplicar decretos-Lei, orçamentos de Estado, ou outras medidas, sem antes consultar a Constituição da Republica, leva a crer que, de duas uma:

Ou afinal não é o “bom aluno” que tanto proclama ser, devendo voltar à escola (pública), ou então não faz ideia de como se governa um país sem recorrer à batota. Em qualquer dos casos, é incompreensível a teimosia deste executivo que não é capaz de dar um passo sem violar as regras do jogo.

Várias foram as vezes em que ouvimos nos meios de comunicação social o primeiro-ministro a acusar, injustamente, os trabalhadores da função pública por serem privilegiados em relação aos do privado. O recurso a esta estratégia “dividir para reinar”,



encapuçada por falsas declarações, solicitando a união dos portugueses nesta época de crise, é demonstrativo da falta de carácter e dignidade deste primeiro-ministro. Seguindo com coerência a mesma tática de nivelar por baixo, desta vez, o mesmo argumento não serve. Aplicar agora os mesmos cortes aos trabalhadores das empresas locais, para além de inconstitucional, por se sobrepor aos instrumentos de regulamentação colectiva, demonstra que a ética e deontologia profissional é uma lacuna abundante nos elementos que compõem este Governo.

É lamentável que a EGEAC consinta tamanha interpretação de um decreto-Lei (133/2013) ferido de manifestas ilegalidades, alegando que o acórdão do Tribunal Constitucional refere-se apenas às normas da Lei 23/2012. Importa esclarecer que esse acórdão “relembrou” o Governo que **o direito à contratação colectiva** está previsto na Constituição da República.

Tendo o STML intervindo junto da EGEAC no sentido desta repor os subsídios em conformidade com o Acordo de Empresa, e perante a sua intransigência em reconhecer os nossos argumentos, resta aos trabalhadores exigirem o cumprimento dos seus direitos, à semelhança das lutas anteriores que determinaram a devolução com retroactivos do descanso compensatório e majoração das férias. ■

Legislação e Contratação Coletiva

Apanhados na REDE de Bibliotecas

O processo de destruição de serviços da Câmara Municipal de Lisboa, está na agenda de António Costa há muito. Aliás, consta na sua agenda, muito antes das eleições autárquicas de setembro de 2013. Tal situação, é reveladora da subserviência que António Costa mostra possuir, aos ditames de um ex-ministro do atual governo, de seu nome, Relvas.

A passagem de competências para as Juntas de Freguesia, foi “parida” numa lei especial para a autarquia da capital, que rapidamente, ganhou o “colinho de pai” de António Costa (não fosse a política de um, farinha do mesmo saco do outro).

O STML sempre mostrou discordância com as medidas plasmadas nesta lei e foram os trabalhadores da Higiene Urbana da Câmara de Lisboa que, mais uma vez, motivaram o recuo de António Costa, pouco antes da realização dos santos populares na cidade em 2013.

Uma vez ganhas as eleições autárquicas por António Costa na capital, prontamente arregaçou as mangas para rebentar com muito do trabalho (e trabalhadores) que estão afetos a serviços que, com dificuldade desempenham bem as suas funções.

Nesta situação, também estão confrontados os Trabalhadores das Bibliotecas Municipais (BLX).

Se até agora, as Bibliotecas Municipais de Lisboa, foram vistas como um oásis, esse oásis terminou com uma súbita alteração climatérica provocada por um Presidente que, qual furacão alicerçado numa maioria, não olha a meios para atingir fins, que por certo, não terminarão nesta fase.

Não aprofundaremos aqui, os malefícios para os leitores da Rede de Bibliotecas, que prontamente fizeram uma petição que em pouco mais de 24 horas reuniu várias centenas de assinaturas a demonstrar discordância com a medida e que foi entregue à presidente da Assembleia Municipal.

Mas trata-se de um pau que nasceu torto! António Costa diz que esta situação tem sido maturada desde os tempos da última reestruturação da Câmara Municipal de Lisboa, ou seja, há mais de dois anos. Um Vereador da maioria, em Sessão de Câmara, dá os parabéns à vereadora que cozinhou o processo, por tê-lo feito em tempo recorde! Serão os dois anos, tempo recorde? Ou esta situação em que estão os Trabalhadores da Câmara Municipal de Lisboa, foi feita às três pancadas, dias antes de ser apresentada na primeira Sessão de Câmara (sim, porque teve de existir outra, tal foi a trapalhada!).

Na verdade, a auscultação das estruturas representativas dos trabalhadores para este efeito (nas quais se insere o STML), mais não foram que apresentações de produto, tipo “chave na mão”.

Que fique claro que com o STML, o presidente António Costa não contará para tirar um único trabalhador do quadro (agora, mapa) de pessoal da Câmara Municipal de Lisboa.

A lista de Bibliotecas a ceder às Juntas sofreu alterações e a Câmara de Lisboa, foi sempre reativa em relação às iniciativas tomadas por este Sindicato. Vejamos: à hora do plenário com todos os trabalhadores da CML, António Costa quis reunir com o STML (obviamente, teve de reunir mais tarde); depois de marcado plenário pelo STML com os trabalhadores das Bibliotecas Municipais, a Direcção Municipal de Cultura, apresenta-se e reúne com os “coordenadores (que não o são) das Bibliotecas” para informar que não sabem quais as bibliotecas que vão sair da rede, quando no dia anterior, António Costa tinha fornecido a este Sindicato, a lista de Bibliotecas e Auditórios a distribuir. Inqualificável!

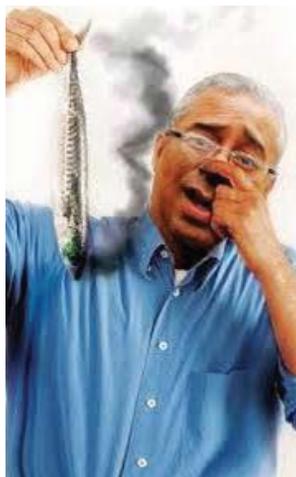
Assim se vê o “tempo recorde”! De um dia para o outro, diminui-se uma Biblioteca ao rol de cedências e a “história” não acaba aqui.

Sem o assunto ter ido à Assembleia Municipal, António Costa tem contratos-programa a celebrar com Juntas de Freguesia que já manifestaram publicamente que não querem algumas das ofertas (perigosas), ou seja, António Costa desconsidera o papel de Helena Roseta e da Assembleia Municipal, considerando que, também ali, como se diz na gíria futebolística, “a coisa está no papo”.

É triste este modo de fazer cidade! É triste a desconsideração por quem trabalha e dá a cara aos municípios. Cheira mal este processo! António Costa está a criar uma antecâmara de algo mau que vamos combater! Nas Bibliotecas (o tal oásis, até aqui), os trabalhadores “acordaram” para aquilo que é o fim da Rede de Bibliotecas. Este é o primeiro passo de António Costa para um desbaratar de Bibliotecas que, por certo, deixará apenas a Biblioteca Galveias, onde ainda pode velar alguns defuntos da cultura da cidade.

Os conteúdos, serviços, acervos, espólios, são “zero” para a atual verificação que oferece a quem não tem visão de rede e que até desconsidera os funcionários da Câmara Municipal de Lisboa. As Juntas de Freguesia são contribuintes diferentes e a Câmara de Lisboa quer assim interferir no funcionamento destas estruturas que também foram eleitas e que assim, terão trabalhadores de primeira e segunda.

Na altura em que este artigo é escrito, ainda acreditamos que a Assembleia Municipal possa travar esta situação nefasta para os trabalhadores e para a cidade. Se tal não se verificar, cairá o nosso descrédito sobre este órgão deliberativo, principalmente sobre os partidos políticos que há muito assumiram ser coveiros da nossa cidade, nomeadamente, PS/PSD/CDS. ■



**Celebrar.
Deliciar.
Brindar.
Viver.
E ler.**

se por cá continuarmos!!!

Bibliotecas Municipais de Lisboa
Desejam a todos os seus leitores e amigos, votos de Boas Festas e de um excelente 2014!

A ilação mais importante da luta tr imprescindível d

O processo de transferência de meios de freguesia coloca em risco o funcion

As informações que foram transmitidas em dezembro último pelos Recursos Humanos da CML, logo após o conhecimento público do pré-aviso de greve afixado pelo STML e STAL, revelaram dois objetivos evidentes, nomeadamente:

1. Confundir os trabalhadores! Na *nota interna* podia ler-se que os direitos estavam todos salvaguardados. No atual quadro legal, e perdendo o respetivo vínculo à CML, dificilmente se poderá obter essa garantia.

2. Desmobilizar os trabalhadores face à luta que se perspectivava iniciar contra um processo inaceitável, além de paralelamente descredibilizar os sindicatos perante a opinião pública.

A CML não conseguiu atingir os seus propósitos! A luta foi uma extraordinária resposta dos trabalhadores a um executivo municipal que não olha a meios no seu propósito maior: esvaziar a autarquia de meios humanos e materiais, diminuindo assim a despesa com os mesmos. Paralelamente, colocará em risco o futuro de todos aqueles que possam vir a ser transferidos para as juntas de freguesia, além de hipotecar a eficácia, eficiência e economia dos serviços públicos municipais perante a população e a cidade de Lisboa, abrindo espaço a variadas formas de privatização [concessão e/ou externalização (*outsourcing*)].

A propaganda da CML em torno de uma pretensa discussão e negociação com os sindicatos sobre este processo não passou disso mesmo. A ideia de imposição prevaleceu sempre sobre um possível consenso. A matéria envolvendo a manutenção do vínculo à CML, dos trabalhadores que transitarão para as juntas de freguesia, é um assunto do qual não abdicámos. A possibilidade dos trabalhadores regressarem aos mapas



de pessoal da Câmara Municipal e reocupar o seu posto de trabalho não está garantida de forma alguma e daí se ter justificado a greve!

Nas reuniões efetuadas com o presidente da CML, a 12 de dezembro (antes da greve) e a 13 de janeiro (depois da greve), o STML e o STAL criticaram duramente a forma, os objetivos e a falta de transparência que desde o primeiro dia caracterizou este famigerado processo.

Um projeto que até no seio do executivo causa dúvidas, principalmente junto do vereadores independentes, bem patenteadas na votação em sessão pública de câmara (extraordinária) do dia 20 de dezembro, depois de ter fracassado essa mesma votação dois dias antes, a 18 de dezembro, data inicialmente prevista.

Este projeto de transferência de meios humanos e materiais para as juntas de freguesia, revela, como muitas vezes afirmámos, o propósito de dismantelamento de grande parte dos serviços municipais, sem que se adivinhem quaisquer ganhos para a cidade e para os munícipes, antes pelo contrário! De uma forma aventureirista, a CML demite-se de qualquer responsabilidade na produção de uma política social, cultural, desportiva e de gestão e manutenção do espaço público da cidade.

Apesar da Lei n.º 56/2012 permitir à CML definir o que é considerado 'estruturante' (art.º 13) e desta forma manter sob sua alçada todos os serviços que considere importantes, a verdade é que o presidente António Costa, perante o desafio lançado pelo STML e pelo STAL que passou por considerar todos os atuais serviços como estruturantes, rejeitou liminarmente essa possibilidade, assumindo inclusive, pela primeira vez, a "paternidade" desta lei. António Costa demonstrou uma certa obstinação em levar por diante esta transformação radical da CML, independentemente da grande previsibilidade dos maus resultados que se irão observar seguramente ao longo de 2014, o ano zero desta 'experiência'.

Deste modo, perante ao autismo do atual executivo, 1800 trabalhadores transitarão para as juntas de freguesia nos próximos dois meses. A CML, num curto espaço de tempo, vê-se livre de 20% dos seus trabalhadores, 10 vezes superior à redução que o governo PSD/CDS e a troika impõem, que é de 2% ao ano. Além do mais, a porta fica aberta à transferência de mais trabalhadores, caso as autarquias – Câmara e Juntas de Freguesia – decidirem que é necessário.

Nos plenários realizados em Dezembro, que fundamentaram a justeza da luta materializada na greve de 24 a 27 de dezembro, e os plenários realizados em janeiro, esclarecendo e mobilizando para a sessão pública da Assembleia Municipal de Lisboa do dia 21 de janeiro, demonstraram claramente que a luta, mesmo quando não se atinge algumas das reivindicações que a motivam, não deixa de ser imprescindível para a sal-



avada em Dezembro foi a natureza os trabalhadores!

s humanos e materiais para as juntas amento integrado da cidade de Lisboa



vaguarda dos nossos interesses enquanto trabalhadores. Nas Juntas de Freguesia ou na Câmara Municipal, a vontade dos trabalhadores terá que ser tida em conta em todos os assuntos que os envolvam direta ou indiretamente. Foi este um dos sinais mais importantes que a greve revelou!

A luta realizada em dezembro, cujos impactos se prolongaram até inícios de janeiro, somando a greve ao trabalho extraordinário, contou também com a adesão de trabalhadores de variados sectores, além da Limpeza Urbana, no denominado dia de greve geral da CML a 26 de dezembro. Apesar dos sindicatos não terem conseguido apurar

os números objetivos da adesão à greve, observou-se o encerramento de vários equipamentos desportivos, bibliotecas, além de fortes adesões nas Oficinas do DRMM e também no Regimento de Sapadores Bombeiros, estes últimos em torno de problemas concretos que tardam a ser resolvidos pelo poder político municipal.

Naturalmente, onde a greve se fez sentir com maior evidência foi na Limpeza Urbana. A fortíssima adesão dos trabalhadores deste sector, nomeadamente dos cantoneiros de limpeza, provocou um impacto imediato na recolha dos resíduos sólidos, demonstrando a importância deste serviço, considerado na sua globalidade e funcionando de forma integrada, algo que o executivo procura destruir.

Não podemos deixar de referir a reação da CML, demonstrando o seu nervosismo perante a adesão e as consequências da greve. Através de uma forte campanha de desinformação junto da opinião pública, deturpando as razões da greve, ora recorrendo à intimidação dos trabalhadores, através de escalas que nada tinham a ver com os serviços mínimos decretados pelo colégio arbitral, chegando ao ridículo de ameaçar com a retirada da tolerância de ponto do dia 31 de dezembro, ou ainda, de forma cúmplice, permitindo a alguns presidentes de Junta, os mais “empreendedores”, como o da Estrela (PSD), de Santa Maria Maior (PS) ou de Arroios (PS), efetuassem a recolha dos resíduos com trabalhadores das Juntas de Freguesia, furando a greve e desrespeitando a justa luta dos trabalhadores municipais.

Apesar de todas as tentativas de diminuir a luta e os seus efeitos, a mesma constituiu sem qualquer dúvida uma resposta inequívoca dos trabalhadores, demonstrando uma enorme unidade, determinação e consciência face ao que está de facto em causa, isto é, o desmantelamento dos serviços municipais, a qualidade do serviço público municipal que deve ser prestado à população de Lisboa e a destruição a prazo de milhares de postos de trabalho, negando direitos conquistados arduamente ao longo dos anos. À semelhança do governo PSD/CDS, que pretende o Estado mínimo, António Costa pretende a Câmara mínima.

Considerando a importância que os Deputados Municipais e os presidentes de Juntas têm na votação definitiva deste processo, que se verificou a 21 de janeiro, o STML promoveu uma reunião no dia 20 de dezembro com estes autarcas que teve lugar no auditório da Biblioteca Museu e Resistência. Com uma participação inferior à que desejávamos, não deixou de se revelar importante, já que muitas preocupações foram partilhadas, assumindo igualmente uma grande apreensão em relação ao futuro imediato. Ao longo de janeiro, repetimos estas reuniões de trabalho com todos os que quiserem ouvir as nossas razões e fundamentos contra um processo pouco transparente, sem critérios e de uma natureza arbitrária inaceitável. Realizaram-se também várias reuniões com todos os grupos políticos com assento na AML.

Deixámos bem claro que nada nos move contra as Juntas de Freguesia, nem contra a descentralização e delegação de competências para as mesmas. O que denunciámos veementemente é natureza e a forma assumida de um processo de transferências que mais não é do que um presente envenenado. É pertinente lembrar que as Juntas de Freguesia, à semelhança dos sindicatos, não negociaram quais as competências que iriam assumir, e muito menos os equipamentos ou o número de trabalhadores que ficarão à sua responsabilidade.

As Juntas de Freguesia também não foram chamadas nem ouvidas sobre as verbas inscritas na Lei nº 56/2012. Desconhecem portanto se são suficientes para vencimentos, aquisição e manutenção de máquinas, viaturas e mesmo para a gestão de edifícios ou instalações. Os presidentes de Juntas desconhecem, segundo informações dos próprios, o custo objetivo de tudo o que envolve estas novas competências.

Apesar da proposta de Antonio Costa ter sido aprovada na Assembleia Municipal de Lisboa (21 de janeiro) e perspetivando-se o início de transferências de meios materiais e trabalhadores para as Juntas de Freguesia nos primeiros dias de março, não nos podemos esquecer que 2014 será um ano de experiências (que irão correr mal seguramente). Haverá uma Comissão de Acompanhamento, que o STML decidiu não fazer parte, mas que observará as suas conclusões de perto. Não iremos ignorar as consequências negativas de um processo que terá implicações na vida de trabalhadores, dos lisboetas e do próprio funcionamento da cidade. Cá estaremos para exigir responsabilidades políticas.

Concluimos com a certeza que a luta irá continuar, seja nas Juntas de Freguesia, seja na Câmara Municipal de Lisboa. O STML estará presente onde existir um seu associado e estará sempre ao lado dos trabalhadores como é prática deste Sindicato há 36 anos! ■



Dia 26 de novembro na luta convocada pela CGTP-IN contra um governo que aterroriza a vida da imensa maioria dos portugueses!

Foi um dia cheio... de luta, de determinação, de coragem e abnegação!

No dia em que se aprovou o OE 2014, global e definitivamente, milhares de trabalhadores, do setor público e privado, concentraram-se junto à Assembleia da República onde chumbaram a viva voz este famigerado documento, contestando e repudiando as consequências que a sua aprovação no Parlamento pelos partidos de direita, provocará na imensa maioria dos portugueses.

Outra exigência que se fez ouvir a com intensidade que a força da luta revela, foi e continua a ser, a demissão deste governo apátrida, que insiste em desenvolver e aprofundar uma política terrorista que nega direitos essenciais a milhões de portugueses, empurrando-os para o caminho da pobreza e da miséria.

A política do governo não é inevitável, como tantas vezes afirmam, procurando convencer-nos da necessidade do caminho assumido como indispensável à recuperação económica do país. Uma mentira escabrosa! Estamos perante uma política arbitrária que exige sacrifícios sobre os mesmos de sempre e beneficia os grandes senhores do capital, isto é, dos grandes grupos económicos e financeiros, os verdadeiros sanguessugas da riqueza nacional e os verdadeiros responsáveis pelo estado lastimoso do nosso país no plano social e económico, “proeza” que seria impossível alcançar sem o apoio inestimável, há 38 anos a esta parte, dos partidos políticos do dito ‘arco da governação’: PS/PSD/CDS-PP.

Contra esta política se manifestaram também largas centenas de trabalhadores do município de Lisboa (talvez das manifestações mais participadas), associando às reivindicações mais gerais, a luta própria que travam contra o executivo municipal, face ao desmantelamento em curso dos serviços municipais, naquele que será seguramente o processo mais nefasto desde que há memória, na vida de quem trabalha na Câmara Municipal de Lisboa. Falamos obviamente do processo de transferência de trabalhadores e meios materiais para as juntas de freguesia no âmbito das novas competências adquiridas.

Foi neste cenário de intensa consciência de luta, determinação e confiança que o dia 26 de Novembro foi construído, reservando para o período da



tarde desse dia, os pedidos de reuniões em vários ministérios por delegações de dirigentes e delegados dos sindicatos filiados na CGTP-IN. Assim foi no Ministério das Finanças, da Economia, do Ambiente e da Saúde.

Uma ação que se prolongou por várias horas e que, em alguns casos, conseguiu concretizar o objetivo a que se propunha. No Ministério das Finanças, onde os dirigentes e delegados sindicais do STML estiveram, uma delegação foi recebida pelo secretário de Estado da Administração Pública, Hélder Rosalino (entretanto afastado do governo em dezembro último). A este membro do governo foi-lhe exigida a demissão, como um passo imprescindível para a recuperação do país mas também da vida de milhões de trabalhadores.

A luta irá continuar com a certeza que nos momentos em que nos encostam à parede, só temos duas soluções: fechar os olhos e esperar que nada nos aconteça ou reagir e lutar com todas as nossas energias na defesa dos nossos direitos, da nossa vida! É neste última perspetiva que nos encontramos, sabendo que a união organizada de todos é essencial à construção da força necessária que derrotará inevitavelmente este governo e a sua política miserável! ■



Numa poderosa vigília em Belém a CGTP-IN responsabilizou o Presidente da República pelo estado atual do país e pelo que irá acontecer em 2014

A luta irá continuar com a convicção de quem luta pelas suas condições de vida!

A CGTP-IN realizou, no dia 19 de dezembro, integrada na semana de luta de 16 a 20 do mesmo mês, uma vigília, em frente ao Palácio de Belém. Trabalhadores e população, suportando o frio e a chuva, mostraram a sua indignação e exigiram do Presidente da República o veto político do Orçamento do Estado para 2014, instrumento de exploração e empobrecimento dos trabalhadores e do povo em geral. Exigiu-se igualmente, a demissão do Governo PSD/CDS-PP e a convocação de eleições, uma vez que este governo já não tem legitimidade para se manter em funções, está isolado e sem apoio social e prossegue uma política de grande violência social, subvertendo a Constituição da República e alienando a Independência e a Soberania Nacional.

Contando com a participação de dirigentes e delegados sindicais do STML, esta ação reafirmou que, ao contrário do que o Governo quer fazer crer, o que a 10.ª avaliação da troika mostrou foi que, depois de quase dois anos e meio da sua entrada em Portugal, a situação está muito pior. As falências de pequenas e médias empresas não param de crescer, assim como a destruição massiva de postos de trabalho, fazendo com que o desemprego aumente para quase um milhão e meio de desempregados (desemprego real). A natureza de classe do Governo, motiva-o a desferir ataques ainda mais fortes à classe operária e aos trabalhadores, intensificando também as medidas de empobrecimento das famílias.

Facilmente se constata ainda, que a política de consolidação orçamental fracassou e, apesar do aumento brutal da carga fiscal, o défice não desceu e a dívida pública acumulou ainda mais dívida.

Os serviços públicos e as funções sociais do Estado são alvos preferenciais dos cortes que o Governo impôs na despesa social, através de medidas que visaram, e visam, privatizar, dismantlar ou encerrar serviços, escolas, unidades de saúde, repartições de finanças, etc., conduzindo à rutura em sectores essenciais, como na educação, saúde, segurança social, cultura, entre muitos outros. Esta política tem ainda outras consequências nefastas, como o despedimento massivo de trabalhadores, ou a restrição no acesso dos cidadãos a direitos fundamentais conotados com as funções sociais do Estado, conquistados com a Revolução de Abril e consagrados na Constituição da República.

Na moção aprovada nesta ação ficaram inscritos os objetivos da luta dos trabalhadores e outras camadas sociais presentes, nomeadamente:

- Exigir do Presidente da República que veto politicamente o Orçamento do Estado para 2014, instrumento de exploração e empobrecimento dos trabalhadores e do povo em geral;
- Exigir, igualmente, do Presidente da República, que demita o Governo PSD/CDS-PP e convoque novas eleições;
- Continuar luta contra a aplicação das medidas inscritas no OE;
- Saudar os trabalhadores e as trabalhadoras, os desempregados, os reformados e pensionistas, os jovens e outros sectores da população que têm lutado com tenacidade e resistido com muita firmeza à ofensiva do patronato e do Governo;
- Exortar os trabalhadores a intensificarem a luta reivindicativa nos locais de trabalho;
- Dinamizar o movimento pelo aumento dos salários e do Salário Mínimo Nacional;
- Apelar aos trabalhadores e trabalhadoras, ao povo português, que prossigam e intensifiquem a luta contra a política de direita, por uma política alternativa, de Esquerda e Soberana.

Reafirmando que a mobilização de todas as camadas da população é fundamental para tornar possível prosseguir, multiplicar e intensificar a luta. O futuro de Portugal e das nossas vidas está nas mãos dos trabalhadores e do povo. Com a sua ação e luta transformadora, unidos por um mesmo ideal de justiça, de melhoria das condições de vida e de trabalho e de combate à exploração do homem pelo homem, mais tarde ou mais cedo alcançaremos os nossos objetivos, de pôr este Governo na rua, derrotar a política de direita e construir um novo rumo de progresso para Portugal. ■



Fim do resgate: A grande mentira

No dia 9 de janeiro, na Letónia, o presidente da Comissão Europeia (CE), Durão Barroso, surgiu a sublinhar “o enorme sucesso dos programas de ajustamento” das troikas (da qual a CE a que preside faz parte) nos países intervencionados. Na capital do mais recente país da zona euro (também ele “intervencionado” para poder fazer parte do clube do euro!), um Barroso envaidecido sabe-se lá porquê, mostrou-se um pouco preocupado com o desemprego na Europa quando questionado sobre o tema. Mas, logo a seguir, de novo o sorriso cínico e uma frase que serve de aviso, sobretudo, a Portugal e à Grécia: “Se não houver erros políticos, 2014 vai ser o ano em que viramos a página”.

Logo no dia seguinte, a ministra das Finanças continuava no mesmo tom enquanto se congratulava com a colocação de dívida portuguesa a juros mais baixos nos “mercados”. Uma vez mais, referiu que o “bom caminho” tem de continuar a consolidar-se, daí a “inevitabilidade de mais sacrifícios” para os trabalhadores em 2014. Poucas horas depois, a mesma conversa, desta vez pelo “irrevogável” vice-primeiro-ministro Portas, com uma ligeira cambiante: “desde que o Tribunal Constitucional tenha responsabilidade e não deite por terra as medidas que ainda vão ser necessárias”.

Poderíamos continuar a citar e nomear declarações de outros, desde Cavaco a Passos, passando por praticamente todos os ministros, mas seria enfadonho fazê-lo. Importa acima de tudo perceber que, a partir de Bruxelas (rede de transmissão de Berlim, claro está), monta-se uma enorme operação de propaganda para legitimar o governo e a política de direita em Portugal. Simultaneamente, convencem-se os cidadãos a aceitar com resiliência o que aí vem e continua a pressão sobre o Tribunal Constitucional. Em causa, a “saída da troika” em maio (com direito a relógio em contagem decrescente na sede do partido de Portas) e um pós troika sem “segundo resgate” mas, eventualmente, com um “programa cautelar” (como Cavaco deseja). Mas, não será o tal “programa cautelar” um segundo resgate?

Tudo indica que, em termos genéricos, vai ser. Portanto, a chantagem que está a ser feita sobre os portugueses tem como base uma grande mentira. O tal “programa cautelar” pode não ter um trio de burocratas estrangeiros a visitar o país de dois em dois meses, mas

mantém o tal “bom caminho” da austeridade, do desemprego e da destruição do Estado social. Nem poderia ser de outra maneira com a União Europeia e o governo nacional que temos.

Entretanto, o virar de página de que falou Barroso deve ser precisamente o mesmo que anunciou em 2012 ou 2013, e que por cá também faz escola no discurso da direita. O desemprego, pelo menos no que se refere a Portugal, deveria ser mesmo uma grande preocupação. Diz-se que desceu, é certo. Mas, terá em conta os milhares de jovens e menos jovens que são obrigados a deixar o seu país e emigrar? Terá em consideração o exponencial do trabalho precário e a meio tempo que foi regra na chamada “criação” dos tais 120 mil novos empregos de que falam Passos e Pires de Lima?

Em maio, quando acabar o denominado “ajustamento” cozinhado pelo troika nacional (PSD, PS e CDS) e estrangeira (FMI, BCE e CE) e se perspetivar a falsa “recuperação da soberania”, segundo os líderes da direita, o país que resta estará mais fragilizado economicamente e mais desigual socialmente. Alguns dos setores públicos mais rentáveis e estratégicos estarão nas mãos do grande capital internacional e os rendimentos do trabalho serão cada vez mais baixos. Em paralelo à tragédia imposto a milhões de portugueses pela governação PSD/CDS, ficamos a saber que alguns dos seus obreiros se encaminham para pedestais dourados: Vítor Gaspar arranja emprego no FMI, Álvaro Santos Pereira na OCDE e o “homem de mão” de Barroso, José Luís Arnaud, assume um cargo no tenebroso banco Goldman Sachs (atualmente o maior acionista privado dos CTT).

O rasto de destruição deixado pela política de direita das troikas não se fica por aqui, hoje. Nem deixará de ficar no tal “fim do resgate”. Por tudo isto, e muito mais, é um imperativo nacional derrotar esta política e este governo. É urgente travar o caminho depredador de recursos que está a condenar, de ano para ano, os trabalhadores portugueses à miséria. À agenda criminosa, antipatriótica e refém dos interesses do grande capital deste governo não podem ser dadas tréguas. A grande mentira que está a ser montada é pura chantagem sobre todos aqueles que vêm, ano após ano, as suas condições de vida piorarem. A luta para derrotar a política de direita é, definitivamente, o único “bom caminho” para Portugal e os portugueses! ■



CGTP-IN convocou para 1 de fevereiro um dia de luta e protesto contra este governo malparido e apátrida que promove sem olhar a meios o terrorismo social!

«Portugal entra no terceiro ano de aplicação do “memorando de entendimento”/programa de agressão, com uma situação económica, social e política verdadeiramente catastrófica e sem perspectivas de solução para a grave crise em que está mergulhado, enquanto o Governo do PSD/CDS-PP se mantiver em funções e a política de direita não for derrotada.»

Com esta ‘introdução’, a CGTP-IN sintetiza as preocupações que grassam de norte a sul do país e que têm conduzido os portugueses e os trabalhadores em particular, do sector público e privado, a uma espiral recessiva nas suas vidas profissionais, familiares e pessoais.

Consequências de um rumo e de uma política imposta e injusta que, se por um lado institucionaliza os sacrifícios para uma imensa maioria, por outro, beneficia sistemática e estruturalmente, os privilégios de uns poucos, fazendo aumentar rendimentos e lucros, de uma minoria cada vez mais ínfima, mas cada vez mais enriquecida.

À nossa custa, aumentam as suas fortunas! À custa dos recursos do país, aumentam as suas fortunas! À custa do nosso empobrecimento crescente, aumentam as suas fortunas!

É preciso dizer BASTA! É essencial consciencializar, mobilizar e participar na luta mais geral, permitindo reverter o rumo de desastre que este governo malparido nos quer impor. No dia 1 de fevereiro temos mais uma oportunidade de fazer ouvir a nossa voz, de organizar a nossa vontade com a vontade de tantos outros trabalhadores que sofrem as mesmas dificuldades e as mesmas agruras em resultado desta política de *dois pesos e duas medidas*, arbitrária e inaceitável, que necessita urgentemente de ser derrotada.

Só com a força de cada um, com a força de todos, será possível construir o país que queremos e precisamos! Os trabalhadores do município de Lisboa não podem deixar de contestar uma política



cujas natureza é contrária aos seus interesses, negando direitos e espezinhando as suas justas aspirações a uma vida digna e estável.

Uma política que também é visível na ‘nossa casa’, quando o executivo municipal encabeçado por António Costa, decide desmantelar serviços municipais e lançar a instabilidade no futuro de milhares de trabalhadores através de uma transferência coerciva para as juntas de freguesia, sem garantir os seus direitos nevrálgicos, como o seu vínculo de trabalho.

São muitas as razões que nos devem motivar a não baixar os braços, porque é a nossa vida e a vida das nossas famílias que está em causa. Desistir nestas circunstâncias, é condenar o nosso futuro e o futuro daqueles que dependem de cada um de nós!



Lutamos porque a razão está do nosso lado! Lutamos porque não aceitamos que nos roubem os nossos salários e os nossos direitos! Lutamos porque somos homens e mulheres que merecem respeito e dignidade!

Dia 1 de fevereiro estaremos na rua em protesto contra a política de direita do governo, mas também do PS (falsamente chamado de partido de esquerda), que à frente do município de Lisboa é responsável pela destruição dos serviços municipais, da degradação das condições de trabalho e na eliminação de direitos fundamentais dos trabalhadores do município. ■

ESPAÇO DOS APOSENTADOS

Ação reivindicativa

Marcos de uma luta que continua, em defesa dos nossos direitos:

- **1 e 26 de novembro** – estivemos presentes nas ações de **indignação, protesto e luta** promovidas pela CGTP, nomeadamente, quando na Assembleia da República se discutiu o OE 2014. Não satisfeitos com o assalto fiscal já efetuado, este governo-vampiro quer, com mais um orçamento injusto e inconstitucional, intensificar o roubo aos trabalhadores e aos reformados.



- **28 de novembro** - a CGTP entregou na AR a petição “**Contra o roubo nas pensões e o aumento da idade da reforma**” que juntou mais de 61.000 assinaturas na recolha das quais a nossa Comissão de Reformados esteve particularmente empenhada.
- Na **Semana de Luta** da CGTP/IN, que culminou a 19 de dezembro, na Vigília em Belém junto da Presidência da República, destacamos, pela sua originalidade, duas ações dos reformados:

- **17 de dezembro - Almoço de Natal frente ao Ministério das Finanças - “Aposentados a pão e água”**

Iniciativa da **Comissão Nacional de Aposentados da Administração Pública** a que o nosso sindicato está ligado, visou exprimir simbolicamente o nosso protesto contra o empobrecimento a que a atuação deste Governo tem conduzido os trabalhadores aposentados.

- **17 de dezembro - Governo e Presidente da República condenados em “Tribunal Popular”**



Realizou-se no Largo de Camões, uma sessão do Tribunal Popular promovida pela Inter-Reformados e pelo MURPI para julgamento do Governo (representado pelos fantoches do Gran-

de Capital, Passos e Portas) e do Presidente-Cúmplice, pelas malfetorias praticadas contra os reformados.

O julgamento, a que acorreram numerosos populares, terminou com a leitura da “sentença”, acolhida com júbilo pelos presentes. O governo foi declarado culpado dum extenso rol de crimes e condenado à sua demissão. Quanto ao Presidente da República, foi condenado a colocar-se ao lado do Povo e a assumir as funções de garante do cumprimento da Constituição. Caso reincida na sua atitude, deverá ser constituído arguido em novo processo-crime.

- **19 de dezembro** – o chumbo, por unanimidade do Tribunal Constitucional, da Lei da “Convergência de pensões”, constituiu um grande derrota para o governo. Este, após o discurso de Ano Novo do Presidente-Cúmplice, resolveu vingar-se ameaçando com mais impostos sobre as vítimas do costume. Agora, chamam “recalibragem” da CES e da ADSE, aos atos de verdadeira pilhagem que anunciam. Será que ainda há quem se deixe enganar com estes malabarismos?

E enquanto roubam quem vive do seu trabalho, baixam impostos ao capital. Contra tudo isto, não desistiremos de lutar.

- **10 de janeiro** – Com a Inter-Reformados de Lisboa e o MURPI, participámos no Canto das Janeiras, frente à residência do Primeiro-Ministro. Ali demonstrámos o nosso repúdio pela política seguida por um Governo suportado por uma maioria já sem legitimidade e por um Presidente que abdicou do seu papel na defesa do Povo e da Constituição da República.

Ação Sociocultural

A 27 de novembro, a Comissão de Reformados visitou o novo espaço do Torreão Poente do Terreiro do Paço.

A visita à exposição “Última Fronteira – Lisboa em Tempo de Guerra”, bem documentada e com muitas fotografias, fez lembrar acontecimentos da infância de muitos dos aposentados: costumes e locais já desaparecidos, estações dos correios, a Exposição do Mundo Português, salas de espetáculos, Mercado da Praça da Figueira, “cargas” da GNR, heróis e espiões da 2ª Grande Guerra, artistas de cinema e teatro nacionais e estrangeiros, locutores da rádio. ■



Espaço dos Jovens

Emigração desemprego e educação privada é o que este Governo tem para oferecer aos jovens portugueses

Quando um Governo, como este de Paulo Portas/Passos Coelho, que tem a audácia de reunir todos os esforços necessários para reduzir o valor dos salários - nem que para isso tenha de violar a Constituição da República -, que ano-após-ano reduz o investimento na Educação, mas que não apresenta nenhuma proposta que crie, qualifique ou sequer dignifique o trabalho, demonstra que não tem qualquer intensão de solucionar o flagelo que assombra as aspirações dos jovens portugueses.

Se a única solução que o primeiro-ministro tem para apresentar aos jovens é o desemprego ou a emigração, então significa que estes jovens terão que lutar por alguém que defenda os seus interesses, que são também os interesses da Nação.

Qual é o futuro de um país que entrega ao desbarato a sua maioria que é a população ativa, dotada de conhecimento como nunca antes havia contado, aos seus países vizinhos, e que em simultâneo veda o acesso à instrução das gerações vindouras através de um esvaziamento no investimento à educação pública, de todos.

Se em 2010, antes da tomada de posse deste executivo PSD/CDS, Portugal já tinha um investimento do Produto Interno Bruto (PIB) abaixo da média da União Europeia (EU) e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) com um investi-



mento de apenas 5,8% do PIB, o cenário tem vindo a agravar-se ano após ano. Veja-se que em 2011 assistimos a uma redução abrupta, para um investimento claramente insuficiente de 4,6%, chegando em 2013 a bater recordes de desinvestimento insustentáveis, abaixo dos 4% equiparando-nos assim a países como a Indonésia.

À semelhança de todos os outros pilares do Estado-Social que este governo pretende privatizar, os jovens portugueses enfrentam neste momento uma clara intenção de lhes ser retirada a hipótese de se formarem e prepararem para um mundo do trabalho que se encontra em permanente mutação. Para fazer face a esta globalização contemporânea, em que a formação contínua é a chave da sobrevivência, é notória a intenção de retirar as oportunidades aos jovens que não pertencem às elites capitalistas.

Desta forma, o futuro deste país fica inevitavelmente condenado e dependente de uma minoria que determinará os desígnios de cada um de nós, como se de uma monarquia se tratasse, impossibilitando o princípio da igualdade de oportunidades.

Neste momento, Portugal depara-se com um esvaziamento dos princípios da democracia ao serem ignorados os interesses do povo que o elegeu. Não se vislumbram quaisquer medidas que possam alterar esta tendência de estrangulamento da formação académica e da empregabilidade nesta política retrógrada, implementada por estes atores exclusivos da austeridade. Este é um Governo ilegítimo que tem as suas pretensões bem definidas, e estas não passam por assegurar uma formação pública de qualidade, com colocação no mercado de trabalho.

Também os jovens devem ser intervenientes ativos nos desígnios do seu futuro, e atenção que um dever é uma obrigação imperativa, não podendo ser negligenciada, sob pena de confiarmos as nossas vidas nas mãos de um Governo para quem a palavra não tem qualquer valor.

Vamos derrubar estes governantes indignos que progrediram nas suas carreiras profissionais através da venda de contratos tóxicos para o nosso país, e que agora apoderam-se das verbas do Estado-Social e dos rendimentos do nosso trabalho, sob o pretexto de cumprirmos com as obrigações aos credores.

Se a estes indignos - que futuramente serão contratados pelos credores como prémio de subserviência - escasseiam os meios ou a vontade de inverter esta situação decadente em que colocaram os jovens portugueses, então tenham a dignidade de se demitir abrindo espaço para políticas de inclusão e desenvolvimento. ■



Veto ao diploma de convergências das pensões

Mais uma derrota para o Governo de direita!

Foi mais uma derrota! Mais uma derrota para o governo PSD/CDS e a demonstração concreta de que os intentos levados a cabo pela política de Passos, Portas e restante camarilha são mesmo “inconstitucionais”. Depois de em três anos (!) consecutivos dezenas de normas dos Orçamentos do Estado (OE) apresentados terem sido chumbadas pelo Tribunal Constitucional (TC), a chamada “lei de convergência das pensões” surgia aqui como uma espécie de antecâmara do OE de 2014. O resultado foi, como não podia deixar de ser, o veto.

A decisão do TC, por unanimidade do colégio de juízes, atingiria como um raio o governo de direita. Três secretários de Estado decidiram sair, ente eles, Hélder Rosalino, “o maior inimigo dos trabalhadores da administração pública”, como lhe chamou o secretário-geral da CGTP-IN Arménio Carlos. Diga-se que estes três tiveram mais dignidade que o restante grupo e, evidentemente, maior lucidez que Cavaco Silva, o aliado maior deste governo e desta política. Um veto desta natureza, a somar aos outros, requeria, numa democracia saudável e verdadeira, ilações concretas. E vergonha, algo que a direita definitivamente não tem.

À semelhança dos anteriores vetos vindos do TC, Passos Coelho apressa-se imediatamente a pôr em prática os já caricaturados “planos B”. De mal a pior, o governo de direita, isolado e acossado na ilegitimidade das suas políticas, dispara imediatamente contra os juízes e a Constituição (a maior pedra no sapato destes criminosos de gravata). Seguem-se as novas medidas, lançadas para a opinião pública como barro à parede, numa estratégia de fuga para a frente, mas sempre visando criar clivagens nos cidadãos portugueses, numa clara intenção de dividir para reinar.

Ao saber do chumbo do TC sobre a convergência de pensões entre Caixa Geral de Aposentações (CGA) e Segurança Social (SS), o governo de direita decidiu “calibrar” a medida e estender a Contribuição Extraordinária de Solidariedade (criada em 2011 para reduzir pensões e reformas de acima de 1350 euros mensais brutos) a valores brutos mensais de 1000 euros, atingindo assim mais 100 mil reformados e pensionistas. Em grande medida, os novos lesados pela CES são sobretudo os aposentados da CGA.

A somar ao alargamento da base de incidência da CES, que afeta



pensões e reformas da CGA e SS, o governo de direita voltou-se uma vez mais para os trabalhadores das administrações públicas. Se não bastavam as medidas ultra-“austericidas” contidas no OE 2014, a camarilha do PSD e CDS aponta baterias à contribuição dos trabalhadores para a ADSE. Se em menos de um ano se passou de 1,5% para 2,25% (sendo que este ano deveria haver um novo aumento de 0,25%), agora, em suposta resposta ao chumbo do TC, o governo de direita dispara a contribuição de cada trabalhador para 3,5%, deixando claro que não deverá ficar por aqui. Em suma, o desconto mais do que duplica.

Derrotado perante os portugueses, o governo de direita vingasse assim, sem apelo nem agravo nesses mesmos portugueses. Enquanto chantageia e ataca a Constituição, numa clara atitude de desespero, vende ilusões como o “fim do ‘ajustamento’”, a saída da troika em Maio, o “milagre económico”, etc. Ninguém acredita, é certo. Mas enquanto esta gente continuar no poder, o País empobrece, e com ele os trabalhadores e as famílias. Este governo de direita é um “perigo público”, é definitivamente inconstitucional, logo politicamente ilegítimo. É, pois, preciso derrotá-los de vez. ■

VETO!

Trabalhadores ainda mais pobres...

A obsessão pelo défice público e as ordens expressas da troika internacional conduzem Portugal e os portugueses a mais um ano de pesadelo. Apesar dos indicadores económicos darem algum sinal de quebra na profunda recessão que tem marcado a economia portuguesa desde 2011, o governo de direita empola os dados e, numa imparável estratégia de propaganda, atira areia para os olhos dos portugueses a anunciar o fim da crise. Mas, alerta que o caminho da austeridade para os trabalhadores vai continuar com troika ou sem troika. O Orçamento do Estado (OE) para 2014 é reflexo da mesma política de empobrecimento do País e dos portugueses, com trabalhadores do setor público e reformados e pensionistas a pagar ainda mais a fatura do desastre desta política.

O OE 2014 é, a traço grosso, uma síntese do programa de retrocesso social que o governo de direita pretende aplicar em Portugal a pretexto da crise, do défice e da dívida. Traduz uma opção política que afronta agressivamente os direitos sociais, culturais e económicos do povo e dos trabalhadores portugueses, corroendo o próprio regime democrático. A execução do chamado “programa de ajustamento” assinado pela troika doméstica (PS, PSD e CDS) e pela estrangeira (FMI, BCE, UE) resulta num ataque ao Portugal de Abril, reafectando aos interesses privados do grande capital a despesa pública, diminuindo a que é dirigida para assegurar direitos e proteção social e aumentando a que é dirigida para pagar os juros das dívidas contraídas junto da banca e para os encargos com as chamadas parceria público-privadas (PPP), abdicando de receita através de benefícios fiscais.

De facto, o OE 2014 intensifica o caminho de uma política de direita que ataca os valores de Abril desde há 38 anos. Senão, vejamos: ao mesmo tempo que subtrai quatro mil milhões de euros à economia através de medidas de austeridade, a despesa com juros da dívida cresce 135 milhões e ascende já a 7239 milhões de euros e a despesa com encargos resultantes das PPP sobe 776 milhões de euros, chegando aos 1645 milhões de euros. Isso significa que o governo de direita renegoceia os direitos, a vida dos portugueses, a Constituição da República, ao invés de os salvaguardar renegociando os termos, juros, prazos e montantes da dívida.

Só em cortes salariais nas administrações públicas vão estar em



causa mais de 2 mil milhões de euros. Em causa está o corte nos salários a partir dos 675 euros brutos mensais. Taxas progressivas que se encontram compreendidas entre 2,5% e os 12% vão ser, a partir de janeiro, aplicadas sobre o nosso rendimento bruto. Uma violência inqualificável que agudiza a perda de poder de compra dos trabalhadores das administrações públicas que, desde 2011, perderam já perto de 20%.

A medida não só revela a insensibilidade social do governo de direita, como demonstra ainda mais claramente os objetivos destruidores da administração pública preconizados pelo lustro neoliberal de Passos, Portas e companhia. A queda dos salários atinge transversalmente todos os trabalhadores, agudiza as suas dificuldades e as das suas famílias, desmotiva e coloca em causa a qualidade dos serviços públicos prestados nas administrações pública, local, regional e setores empresariais públicos. É, objetivamente, parte da estratégia de destruição das funções sociais do Estado, ao mesmo tempo que ataca os trabalhadores e dá indicação ao setor privado que os preços do trabalho podem e devem continuar a descer. E, depois, ouvimos dizer que não se pretenda transformar Portugal num país de baixos salários... Que hipocrisia!



Em síntese, este é um OE de roubo aos trabalhadores, de assalto à democracia e de sequestro de direitos fundamentais. Este é um OE que não interessa a Portugal nem aos portugueses. Este é um OE talhado à margem da lei que tem de ser combatido nas ruas, no Parlamento, na justiça. Em sentido figurado (ou talvez não), o OE 2014 é mesmo um caso de polícia. ■

Tribunal espanhol dá nota positiva à gestão pública e conclui que os privados são mais caros e piores

Tribunal de Contas de Espanha concluiu que a gestão direta de serviços públicos locais é mais eficiente e barata do que a gestão concessionada

Num momento em que se caminha a passos largos para a destruição de importantes serviços municipais na área da limpeza urbana da cidade de Lisboa, nada melhor do que trazer experiências 'lá de fora', que nos demonstram as consequências de visões e projetos que em nada beneficiam o interesse público, o mesmo é dizer, o interesse dos lisboetas.

O relatório, citado pela Agência EFE, analisa a prestação de serviços de limpeza urbana e recolha de resíduos sólidos, sob gestão municipal e a cargo de empresas concessionárias, em 2011.

Nas suas conclusões assinala-se que o custo médio da limpeza urbana efetuada se eleva a 18,01 euros por habitante. Todavia, este valor desce para os 16,23 euros, quando o serviço é efetuado diretamente pelos municípios, e eleva-se para 27,83 euros, ou seja, **71 por cento mais caro**, quando é prestado por uma empresa concessionária ou contratada pelos órgãos locais.

Segundo o documento, elaborado pelo Tribunal de Contas, mais de 80 por cento dos serviços de limpeza urbana eram geridos diretamente pelos municípios em 2011, embora esta percentagem diminua sensivelmente no caso das cidades de maior dimensão.

É também nos maiores centros urbanos que o custo médio do serviço atinge valores mais elevados, podendo ascender a 32,19 euros por habitante, quando se trata de uma concessão privada, ou a 19,07 euros através de gestão pública.

Mas a gestão pública não só é mais barata como é de melhor qualidade, deduz-se do relatório, segundo o qual o preço mais elevado dos privados não se traduz nos índices de qualidade do serviço.

Antes pelo contrário, enquanto nas pequenas localidades o serviço municipal garante em média a manutenção de 36 papeleiras por cada cem habitantes, esta proporção cai para seis por cem quando o serviço está privatizado.

Entretanto, nas grandes urbes, o estudo refere que esta relação se estabiliza em torno de uma papeleira por cada cem habitantes, quer se trate de gestão privada ou pública.

Recolha de resíduos

No que toca à recolha de resíduos sólidos urbanos, o custo médio por habitante eleva-se a 48,76 euros, sendo que de novo a gestão pública surge como a mais conveniente ao erário público, com um valor médio de 42,55 euros por habitante contra os 53,90 euros do serviço privatizado.

Também neste caso se verificam as chamadas economias de escala, isto é, quanto maior é a urbe mais barato se torna o serviço. No entanto, enquanto o custo médio do serviço público nas grandes cidades baixa para 37,54 euros, a oferta privada fica-se nos 52,33 euros.

Estas diferenças significativas, agora demonstradas oficialmente pelo Tribunal de Contas de Espanha, levaram já alguns municípios de grande dimensão, caso da cidade de Leão, no Noroeste, a remunicipalizar a prestação da limpeza urbana e recolha de resíduos, tendo obtido uma poupança que ronda os oito milhões de euros.

Conhecerá o presidente António Costa estas conclusões? ■



Protocolos do STML

- ISEC - Instituto Superior de Educação e Ciências
Para os nossos associados, cônjuges e descendentes em 1.º grau:
 - 10% de desconto nas propinas;
 - 12% de desconto na propina da licenciatura em Gestão Autárquica.
- ISLA - Instituto Superior de Línguas e Administração
- ISG - Instituto Superior de Gestão
- IPES - Instituto Português de Estudos Superiores
- IESC - Instituto de Estudos Superiores de Contabilidade
- Escola Superior de Educação João de Deus
- ISTE - Instituto Superior de Tecnologias Avançadas
- COFAC - Universidade Lusófona
 - Instituto Superior de Humanidade e Tecnologia de Lisboa
 - Instituto Superior Politécnico do Oeste

- Instituto Superior D. Dinis
- Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes
- Escola Superior de Educação Almeida Garrett
- Lancaster College
- Universidade Lusitana
- Universidade Autónoma
- Mundi Travel
- Teatro da Cornucópia
- Viaggiatore - Companhia de Lazer e Turismo
- Millennium BCP
- ENAL - Escola Nacional de Automobilismo
- Mind - Project - Psicologia, Psicoterapia e Medicina
- MACIF - Companhia de Seguros
- Aldeamento Turístico de Palmela ■